



Concurso Público para provimento de vagas de  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao fiscal da sala, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

**Intolerância religiosa**

*Sou ateu e mereço o mesmo respeito que tenho pelos religiosos.*

*A humanidade inteira segue uma religião ou crê em algum ser ou fenômeno transcendental que dê sentido à existência. Os que não sentem necessidade de teorias para explicar a que viemos e para onde iremos são tão poucos que parecem extraterrestres. Dono de um cérebro com capacidade de processamento de dados incomparável na escala animal, ao que tudo indica só o homem faz conjecturas sobre o destino depois da morte. A possibilidade de que a última batida do coração decreta o fim do espetáculo é aterradora. Do medo e do inconformismo gerado por ela, nasce a tendência a acreditar que somos eternos, caso único entre os seres vivos.*

*Todos os povos que deixaram registros manifestaram a crença de que sobreviveriam à decomposição de seus corpos. Para atender esse desejo, o imaginário humano criou uma infinidade de deuses e paraísos celestiais. Jamais faltaram, entretanto, mulheres e homens avessos a interferências mágicas em assuntos terrenos. Perseguidos e assassinados no passado, para eles a vida eterna não faz sentido.*

*Não se trata de opção ideológica: o ateu não acredita simplesmente porque não consegue. O mesmo mecanismo intelectual que leva alguém a crer leva outro a desacreditar. Os religiosos que têm dificuldade para entender como alguém pode discordar de sua cosmovisão devem pensar que eles também são ateus quando confrontados com crenças alheias.*

*O ateu desperta a ira dos fanáticos, porque aceitá-lo como ser pensante obriga-os a questionar suas próprias convicções. Não é outra a razão que os fez apropriar-se indevidamente das melhores qualidades humanas e atribuir as demais às tentações do Diabo. Generosidade, solidariedade, compaixão e amor ao próximo constituem reserva de mercado dos tementes a Deus, embora em nome Dele sejam cometidas as piores atrocidades.*

*Fui educado para respeitar as crenças de todos, por mais bizarras que a mim pareçam. Se a religião ajuda uma pessoa a enfrentar suas contradições existenciais, seja bem-vinda, desde que não a torne intolerante, autoritária ou violenta. Quanto aos religiosos, leitor, não os considero iluminados nem crédulos, superiores ou inferiores, os anos me ensinaram a julgar os homens por suas ações, não pelas convicções que apregoam.*

(Drauzio Varella, **Folha de S. Paulo**, 21/04/2012)

1. O título **Intolerância religiosa** refere-se fundamentalmente, tal como se depreende do desenvolvimento do texto, ao fato de que
  - (A) as diferentes religiões acabam por hostilizar-se em função de diferenças pouco relevantes.
  - (B) as pessoas religiosas tendem, por vezes, a demonstrar pouco ou nenhum respeito por quem não creia em Deus.
  - (C) as convicções de um ateu soam intolerantes quando apresentadas a um homem de fé.
  - (D) a compaixão e a tolerância são praticadas com mais facilidade por aqueles que não têm religião.
  - (E) a paciência e a resignação são atributos religiosos que os ateus deveriam reconhecer melhor.
2. A afirmação final de que *os anos me ensinaram a julgar os homens por suas ações, não pelas convicções que apregoam*
  - (A) é contraditória em relação ao respeito que diz ter o autor pelos que professam uma religião.
  - (B) é um argumento em favor das crenças que se apropriam das melhores qualidades humanas.
  - (C) expõe a convicção de que somente os ateus são capazes de discernir entre o bem e o mal.
  - (D) indica como critério de julgamento moral o valor do que é efetivamente praticado por alguém.
  - (E) expressa a convicção de que os homens escolhem os caminhos de acordo com seus interesses pessoais.
3. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. O medo de morrer acaba por incutir nos homens a rejeição da ciência, fazendo-os acreditar que somente os religiosos sejam imortais.
  - II. O fato de haver tantas religiões parecidas no mundo leva o autor a questionar a superioridade que cada uma reivindica para si.
  - III. O autor admite o fato de que a religião pode fortalecer intimamente uma pessoa, tendo aprendido a respeitar a quem tem fé.Em relação ao texto está correto o que se afirma em
  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
4. As convicções materialistas do autor levam-no a considerar o homem como um ser da natureza, não mais que isso. É o que se comprova na seguinte passagem:
  - (A) *Dono de um cérebro com capacidade de processamento de dados incomparável na escala animal (...)*
  - (B) *Todos os povos que deixaram registros manifestaram a crença de que sobreviveriam à decomposição de seus corpos.*
  - (C) *Não se trata de opção ideológica: o ateu não acredita simplesmente porque não consegue.*
  - (D) *O ateu desperta a ira dos fanáticos, porque aceitá-lo como ser pensante obriga-os a questionar suas próprias convicções.*
  - (E) *Quanto aos religiosos, leitor, não os considero iluminados nem crédulos, superiores ou inferiores (...)*



5. Está correta a seguinte afirmação sobre um aspecto do texto:
- (A) em *para explicar a que viemos* (2º parágrafo), o elemento sublinhado tem o sentido de **o meio pelo qual**.
- (B) a expressão *só o homem faz conjecturas* (2º parágrafo) refere-se ao pensamento típico de um ateu.
- (C) em *Para atender esse desejo* (3º parágrafo), o elemento sublinhado refere-se ao destino dos corpos depois da morte.
- (D) a expressão *Perseguidos e assassinados no passado* (3º parágrafo) refere-se aos primitivos mártires cristãos.
- (E) a expressão *mulheres e homens avessos a interferências mágicas* (3º parágrafo) refere-se a quem não crê em fenômenos transcendentais.
- 
6. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *capacidade de processamento de dados* (2º parágrafo) = habilidade para investigar conceitos
- (B) *Não se trata de opção ideológica* (4º parágrafo) = não consta haver escolha consciente
- (C) *discordar de sua cosmovisão* (4º parágrafo) = ir de encontro à sua visão de mundo
- (D) *desperta a ira dos fanáticos* (5º parágrafo) = conclama o ódio aos sectários
- (E) *por mais bizarras que a mim pareçam* (6º parágrafo) = tanto mais agressivas eu as julgue
- 
7. As normas de concordância verbal estão plenamente acatadas em:
- (A) Aos ateus não se devem dispensar o mesmo tratamento de que foram vítimas os primeiros adeptos do cristianismo.
- (B) Nunca faltaram aos homens de todas as épocas o recurso das crenças no sobrenatural e a empolgação pelas artes da magia.
- (C) Não se deixam levar pelas crenças transcendentais quem só costuma atender as exigências do pensamento racional.
- (D) Poupem-se da ira dos fanáticos de sempre aquele tipo de pesquisador que se baseia tão somente nos fenômenos que se podem avaliar.
- (E) Nunca se abrandaram nos homens e mulheres que não se valem da fé religiosa a reação hostil dos que se proclamam filhos de Deus.
- 
8. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O autor é um médico já notório por cujas observações em programas de televisão, inclusive uma famosa campanha antitabagista.
- (B) O autor é um médico experiente, que se vale de sua fluência verbal tanto na imprensa escrita como na televisão.
- (C) Muita gente identifica o autor enquanto um médico capaz, além de saber comentar assuntos vários, mesmo sendo opinativo.
- (D) Ao autor muitos já se inflamaram por conta de suas opiniões radicais com que se dissuadiram tantos fumantes.
- (E) Buscando um equilíbrio diante da medicina e da comunicação, o autor investe em temas tão científicos quanto leigos.
- 
9. Está **inadequado** o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Sou ateu e peço que me deem tratamento similar ao que dispenso aos homens religiosos.
- (B) A intolerância religiosa baseia-se em preconceitos de que deveriam desviar-se todos os homens verdadeiramente virtuosos.
- (C) A tolerância é uma virtude na qual não podem prescindir os que se dizem homens de fé.
- (D) O ateu desperta a ira dos fanáticos, a despeito de nada fazer que possa injuriá-los ou desrespeitá-los.
- (E) Respeito os homens de fé, a menos que deixem de fazer o mesmo com aqueles que não a têm.
- 
10. Transpondo-se para a voz **passiva** a construção **Os ateus despertariam a ira de qualquer fanático**, a forma verbal obtida será:
- (A) seria despertada.
- (B) teria sido despertada.
- (C) despertar-se-á.
- (D) fora despertada.
- (E) teriam despertado.
- 
11. A flexão de todas as formas verbais está plenamente adequada na frase:
- (A) Os que virem a desrespeitar quem não tem fé deverão merecer o repúdio público de todos os homens de bem.
- (B) Deixar de professar uma fé não constitui delito algum, ao contrário do que julgam os fanáticos de sempre.
- (C) Ninguém quererá condenar um ateu que se imbuí do valor da ética e da moral no convívio com seus semelhantes.
- (D) Se não nos dispormos a praticar a tolerância, que razão teremos para nos vangloriarmos de nossa fé religiosa?
- (E) Quem quiser respeito para a fé que professa deve dispor-se a respeitar quem não adotou uma religião.
- 
12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) O texto é polêmico, de vez que, busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (B) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer, um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões; já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (C) O texto é polêmico, de vez que: busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões já que tanto a religião, como a ciência, advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (D) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (E) O texto é polêmico de vez, que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra, dominam as paixões já que, tanto a religião como a ciência, advogam, para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.

### Uma pergunta

*Frequentemente cabe aos detentores de cargos de responsabilidade tomar decisões difíceis, de graves consequências. Haveria algum critério básico, essencial, para amparar tais escolhas? Antonio Gramsci, notável pensador e político italiano, propôs que se pergunte, antes de tomar a decisão: – Quem sofrerá?*

*Para um humanista, a dor humana é sempre a prioridade a se considerar.*

(Salvador Nicola, inédito)

13. Formula-se com correção e coerência o sentido da preocupação de Gramsci na seguinte frase:

- (A) Uma das maiores angústias humanas está em terem que tomar decisões autoritárias e improcedentes.
- (B) Saber quem arcará com o ônus de uma escolha é a premissa para uma decisão importante.
- (C) A finalidade de toda decisão urgente é de estabelecer quem mais deve sofrer com ela.
- (D) Ninguém deve sofrer com o peso de uma decisão mau tomada, mormente nos casos mais graves.
- (E) Sabendo-se de antemão quem sofre ao tomar uma decisão, evita-se muitos males.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **singular** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) A nenhuma de nossas escolhas ..... (**poder**) deixar de corresponder nossos valores éticos mais rigorosos.
- (B) Não se ..... (**poupar**) os que governam de refletir sobre o peso de suas mais graves decisões.
- (C) Aos governantes mais responsáveis não ..... (**ocorrer**) tomar decisões sem medir suas consequências.
- (D) A toda decisão tomada precipitadamente ..... (**costumar**) sobrevir consequências imprevistas e injustas.
- (E) Diante de uma escolha, ..... (**ganhar**) prioridade, recomenda Gramsci, os critérios que levam em conta a dor humana.

15. As decisões mais graves são sempre difíceis: os que devem tomar tais decisões medem essas decisões pelos mais variados critérios, avaliam essas decisões conforme algum interesse em vista.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) as devem tomar - medem-nas - avaliam-nas
- (B) devem tomá-las - lhes medem - as avaliam
- (C) lhes devem tomar - medem-nas - avaliam-nas
- (D) devem as tomar - medem-lhes - avaliam-lhes
- (E) devem tomar-lhes - as medem - as avaliam

### Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

16. O afastamento concedido ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a critério do Órgão Especial, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, poderá ser fundamentado

- (A) com a posse em cargos de direção em órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (B) em requisição para afastamento para tratar de assuntos de interesse particular.
- (C) com a participação em missão da Organização das Nações Unidas.
- (D) em candidatura a cargo eletivo do Poder Legislativo.
- (E) pela frequência em cursos, pelo prazo máximo de dois anos.

17. Na data da sessão marcada para a eleição do Presidente do TST, um dos Ministros ficou impossibilitado de comparecer. Nesse caso, o Ministro ausente pode votar, desde que

- (A) o voto seja pelo sistema aberto e ele o faça por qualquer meio de comunicação hábil.
- (B) nomeie o Presidente do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.
- (C) nomeie qualquer Ministro do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.
- (D) registre esse ato em cartório.
- (E) envie carta ao Presidente do TST, na qual anexará seu voto em invólucro à parte, fechado e rubricado.

18. Presidir audiência de conciliação e instrução de dissídio coletivo de competência originária do TST compete

- (A) ao Presidente.
- (B) ao Vice-Presidente.
- (C) ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.
- (D) a Ministro Presidente de Turma.
- (E) a qualquer Ministro do TST.

19. O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos e da Seção de Dissídios Individuais plena é, respectivamente,

- (A) 14, 11, 8 e 5 Ministros.
- (B) 14, 11, 8 e 8 Ministros.
- (C) 11, 8, 8 e 11 Ministros.
- (D) 11, 11, 8 e 8 Ministros.
- (E) 14, 8, 5 e 11 Ministros.

20. A deliberação referente à aprovação de Instruções Normativas é ato de competência do Tribunal Pleno e pertence à classe

- (A) dos atos regimentais.
- (B) das emendas regimentais.
- (C) dos regulamentos gerais.
- (D) das resoluções.
- (E) das resoluções administrativas.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Noções de Direito Constitucional**

21. Xisto é Juiz do Trabalho em uma determinada cidade do Estado de São Paulo e é acusado de crime de responsabilidade. Neste caso, Xisto será processado e julgado, originariamente,

- (A) pelo Tribunal Regional Federal da área de sua jurisdição.
- (B) pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- (C) pelo Tribunal Regional do Trabalho da área de sua jurisdição.
- (D) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

22. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- (A) definir critérios de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
- (B) exercer monopólio estatal sobre o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os princípios e condições previstos na Constituição Federal.
- (C) executar os serviços de polícia marítima.
- (D) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

23. No tocante aos direitos sociais, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, aplica-se, dentre outros, aos servidores ocupantes de cargo público, o direito

- (A) à assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (B) ao fundo de garantia do tempo de serviço.
- (C) à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (D) ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- (E) à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

24. Considere a seguinte norma constitucional prevista no artigo 5º, XV, da Constituição Federal de 1988:

*É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.*

Trata-se de norma de eficácia

- (A) plena.
- (B) limitada.
- (C) contida.
- (D) exaurida.
- (E) absoluta.

25. A Presidente da República Federativa do Brasil, no exercício de suas funções, pretende delegar uma de suas atribuições expressamente previstas na Constituição Federal de 1988. Nesta hipótese, poderá a Presidente da República delegar sua competência privativa para

- (A) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, ao Presidente do Congresso Nacional.
- (B) prover Cargos Públicos federais na forma da Lei, a um dos Ministros de Estado.
- (C) nomear e exonerar os Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República.
- (D) convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ao Advogado Geral da União.
- (E) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição a um dos Ministros de Estado.

26. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Paulo, com 36 anos de idade, é advogado trabalhista renomado, de reputação ilibada, e exerce regularmente a sua atividade laborativa desde o ano de 2000 em escritório profissional situado em uma capital brasileira.
- II. Ricardo é membro do Ministério Público do Trabalho, com 45 anos de idade e 8 anos de efetivo exercício na carreira.
- III. Pedro, com 40 anos de idade, é advogado trabalhista renomado, de reputação ilibada e exerce regularmente sua atividade laborativa desde o ano de 2004.

É possível recrutar e nomear como Juiz do Tribunal Regional do Trabalho:

- (A) Ricardo e Pedro.
- (B) Paulo e Ricardo.
- (C) Ricardo, apenas.
- (D) Paulo, apenas.
- (E) Paulo e Pedro.

27. Sobre os direitos Políticos previstos na Constituição Federal de 1988, considere:

- I. O Prefeito de um determinado Município pretende concorrer à reeleição nas eleições deste ano de 2012 e, para tanto, será obrigado a se desincompatibilizar, renunciando ao seu mandato seis meses antes do pleito.
- II. A inelegibilidade do cônjuge no território de jurisdição do titular não é afastada com a dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato.
- III. O cancelamento da naturalização de um indivíduo por decisão do Presidente da República ensejará a perda dos seus direitos políticos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

**Noções de Direito Administrativo**

28. Exemplifica adequadamente o exercício de poder disciplinar por agente da administração a
- (A) interdição de restaurante por razão de saúde pública.
  - (B) prisão de criminoso efetuada por policial, mediante o devido mandado judicial.
  - (C) aplicação de penalidade administrativa a servidor público que descumpra seus deveres funcionais.
  - (D) aplicação de multa de trânsito.
  - (E) emissão de ordem a ser cumprida pelos agentes subordinados.
29. Pelo atributo de auto executoriedade do ato administrativo,
- (A) o destinatário do ato administrativo pode executá-lo, independentemente da intervenção do agente administrativo ou do Poder Judiciário.
  - (B) as normas legais de Direito administrativo são consideradas de aplicabilidade imediata.
  - (C) o mérito dos atos administrativos discricionários não pode ser apreciado pelo Poder Judiciário.
  - (D) o ato impõe-se ao seu destinatário, independentemente de sua concordância.
  - (E) cabe à Administração pô-lo em execução, independentemente de intervenção do Poder Judiciário.
30. NÃO se configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93,
- (A) não acudir interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
  - (B) a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, independentemente da ordem de classificação da licitação anterior, mas aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
  - (C) a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - (D) a possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
  - (E) a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
31. Pelo regime da Lei nº 8.666/93, é motivo suficiente para que a Administração deva restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo, dentre outros, haver situação na qual
- (A) o particular contratado não realize o lucro previsto em seus cálculos iniciais.
  - (B) esteja caracterizado fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
  - (C) a Administração unilateralmente determine a supressão do objeto de uma reforma de edifício que implique redução de 40% em relação ao valor inicial.
  - (D) a continuidade do contrato se veja ameaçada por problemas financeiros do particular contratado.
  - (E) comprove-se que o valor oferecido pelo particular contratado na licitação era inexequível.
32. A licença para capacitação, a licença para tratar de interesses particulares e a licença para o desempenho de mandato classista, no regime da Lei nº 8.112/90, dão-se, respectivamente,
- (A) com remuneração, sem remuneração e com remuneração.
  - (B) sem remuneração, sem remuneração e sem remuneração.
  - (C) com remuneração, sem remuneração e sem remuneração.
  - (D) com remuneração, com remuneração e com remuneração.
  - (E) sem remuneração, com remuneração e com remuneração.
33. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que cuida de processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, seus preceitos também se aplicam aos órgãos
- (A) dos Poderes Legislativo e Judiciário de todos os entes da Federação, quando no desempenho de suas funções legislativa e jurisdicional.
  - (B) dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de suas funções legislativa e jurisdicional.
  - (C) dos Poderes Legislativo e Judiciário de todos os entes da Federação, quando no desempenho de função administrativa.
  - (D) dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
  - (E) do Poder Legislativo de todos os entes da Federação, quando no desempenho de todas suas funções, mas não aos órgãos do Poder Judiciário.



34. Considere as seguintes descrições de condutas:
- I. deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;
  - II. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza; e
  - III. frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

São condutas descritas na Lei nº 8.429/92, como caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que, respectivamente,

- (A) causam prejuízo ao erário; atentam contra os princípios da Administração Pública e importam enriquecimento ilícito.
- (B) importam enriquecimento ilícito; causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) atentam contra os princípios da Administração Pública; causam prejuízo ao erário e importam enriquecimento ilícito.
- (D) atentam contra os princípios da Administração Pública; importam enriquecimento ilícito e causam prejuízo ao erário.
- (E) causam prejuízo ao erário; importam enriquecimento ilícito e atentam contra os princípios da Administração Pública.

#### Noções de Direito do Trabalho

35. Na hipótese de sucessão de empresas que não pertencem ao mesmo grupo econômico, a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas quando mantidos os contratos de trabalho, inclusive sobre as obrigações contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, incidem sobre a
- (A) empresa sucessora.
  - (B) empresa sucedida.
  - (C) empresa sucedida e empresa sucessora, solidariamente.
  - (D) pessoa dos sócios da empresa sucessora.
  - (E) pessoa dos sócios da empresa sucedida.
36. Segundo a legislação trabalhista, serão consideradas como salário, as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:
- (A) vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para prestação do serviço.
  - (B) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
  - (C) alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que o empregador, por força do contrato ou do costume, fornece habitualmente ao empregado.
  - (D) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.
  - (E) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

37. Segundo a legislação trabalhista, a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, desde que

- (A) os empregados trabalhem em regime de tempo parcial.
- (B) a importância da remuneração da hora extraordinária seja no mínimo 50% do valor da hora normal.
- (C) a importância da remuneração da hora extraordinária seja de pelo menos 100% superior ao valor da hora normal.
- (D) não exceda quatro horas diárias, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, sendo duas horas no início e duas no final da jornada de trabalho.
- (E) por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias.

38. Todo empregado terá direito ao gozo de um período de férias

- (A) anual, sem prejuízo da remuneração, na proporção de trinta dias corridos, desde que tenha no máximo 10 faltas injustificadas, no período aquisitivo.
- (B) cuja época de concessão será a que melhor atender os interesses do trabalhador.
- (C) salvo se, no curso do período concessivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.
- (D) devendo o pagamento da remuneração das férias ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente.
- (E) podendo converter um terço do período de férias a que tiver direito, em abono pecuniário.

39. A empregada gestante faz jus à estabilidade desde

- (A) a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, bem como à licença-maternidade de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- (B) a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, independentemente da comunicação de seu estado ao empregador; bem como a quatro intervalos especiais, de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho, até que este complete seis meses de idade, durante a jornada de trabalho.
- (C) a confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto, nos contratos a prazo determinado e indeterminado, bem como a garantia de transferência de função durante a gravidez, quando as condições de saúde o exigirem.
- (D) o parto até o limite de cento e oitenta dias, bem como a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares, durante a gravidez.
- (E) comprovada a adoção ou a guarda judicial para fins de adoção de criança menor de 14 anos, pelo período de cento e oitenta dias.



40. A falta grave capaz de acarretar a dispensa do empregado com justa causa

- (A) não precisa estar prevista em lei, bastando que seja considerada grave pelo empregador.
- (B) deve, além de estar prevista em lei, ser atual porque a falta cometida pelo empregado e não punida entende-se como perdoada.
- (C) não precisa estar prevista em lei, mas o ato praticado pelo empregado deve ser reiterado e habitual, independentemente de punição anterior pelo empregador.
- (D) deve ser apurada pelo empregador que terá o prazo máximo de quinze dias para realizar sindicância interna e punir o empregado.
- (E) deve ter sido punida pelo empregador com a aplicação de três advertências e, pelo menos, uma suspensão.

41. Quando o empregado rescindir o contrato de trabalho por prazo indeterminado por sua iniciativa

- (A) deverá conceder aviso prévio ao empregador, sob pena de ser descontado o período correspondente de seu salário.
- (B) deverá conceder o aviso prévio ao empregador, porém terá o direito de ter a sua jornada diária de trabalho reduzida em duas horas, sem prejuízo do salário integral.
- (C) deverá conceder o aviso prévio ao empregador e pagar indenização de um salário pelos prejuízos eventualmente sofridos com a rescisão do contrato de trabalho.
- (D) poderá exigir o pagamento indenizado do aviso prévio, pelo princípio da proteção do empregado.
- (E) não deverá conceder aviso prévio ao empregador, pois este é direito exclusivo do empregado despedido sem justa causa.

42. Na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, o contrato de experiência

- (A) não precisa ser anotado; deve ser de no máximo três meses e pode ser acordado tácita ou verbalmente.
- (B) deve ser anotado, não poderá ser estipulado por mais de cento e oitenta dias e pode ser acordado tácita ou expressamente.
- (C) deve ser anotado e estipulado pelo prazo de noventa dias com direito a uma única prorrogação de mais noventa dias.
- (D) pode ser anotado e estipulado pelo prazo de mais de noventa dias, com direito a uma única prorrogação de mais quarenta e cinco dias.
- (E) deve ser anotado e não ultrapassar o limite máximo de noventa dias, com direito a uma única prorrogação.

### Administração Pública

43. Ao receber um relatório contendo informações sobre a departamentalização do Tribunal Superior do Trabalho, nota-se de sua leitura que contém órgãos típicos de linha e de *staff*. Os órgãos que representam denominações típicas de linha e de *staff* são:

- (A) Gabinete da Presidência, Secretarias-Gerais, Secretarias de Comunicação Social e de Tecnologia da Informação, como de linha e, como *staff*, a Assessoria Parlamentar e o Cerimonial da Presidência.
- (B) Gabinete da Presidência, Secretarias de Comunicação Social e Administrativa, como órgãos de linha e, como *staff*, a Assessoria Parlamentar e as Secretarias-Geral Judiciária e de Orçamento e Finanças.
- (C) Secretaria-Geral da Presidência, Cerimonial, Secretaria de Comunicação Social, como de linha e, como *staff*, a Assessoria de Tecnologia de Informação e a Secretaria Administrativa.
- (D) Gabinete Diretor, Secretarias de Administração, Orçamento e Finanças, e como *staff*, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Ouvidoria.
- (E) Gabinete Diretor, Ouvidoria, Secretarias-Gerais, Secretarias de Administração e Orçamento, e como *staff*, a Secretaria de Gestão de Pessoas e o Cerimonial da Presidência.

44. A sistematização de conhecimentos e padrões em administração de projetos seguem preceitos de entidade internacional, mundialmente conhecida, que criou algumas referências usuais aos que lidam ou estudam gestão de projetos. Com base nessa sistematização e seus termos, considere as seguintes assertivas sobre gestão de projetos:

- I. Um PMO coordena atividades pautadas no PMBOK do PMI.
- II. O PMI constitui a base do conhecimento em gerenciamento de projetos do PMO.
- III. O PMO tem entre seus objetivos o de formular padrões profissionais de gestão de projetos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

45. Além de violar o princípio da unidade de comando, a adoção de uma estrutura matricial possui, ainda, como desvantagem,

- (A) apresentar uma relativa inconsistência na maneira pela qual as políticas e procedimentos internos são cumpridos.
- (B) reter os funcionários em um projeto por tempo maior que o necessário.
- (C) requerer habilidade especial de gerentes de projetos em negociar recursos com gerentes funcionais.
- (D) alocar, no gerenciamento, pessoas que apresentam baixa motivação em relação ao projeto.
- (E) subestimar os projetos, independentemente de serem ligados a esferas superiores.





46. Considere as seguintes assertivas:

- I. Visto que os objetivos organizacionais são alterados ao longo do tempo, as redes de comunicação também mudam.
- II. As redes de comunicação informal contribuem para uma vantagem competitiva de uma área ou organização.
- III. Rumor é uma rede de comunicação organizacional informal ao longo do qual informações não oficiais fluem rapidamente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

47. Considere as seguintes assertivas sobre componentes da gestão estratégica:

- I. Visão pode ser definida como a percepção de necessidades encontradas no mercado e os métodos segundo os quais uma organização pode atendê-los.
- II. Missão pode ser definida como a razão de ser de uma organização.
- III. Valores básicos e missão fazem parte de uma ideologia central emanada de uma visão corporativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

48. Sistema de liderança, qualidade de vida, processos orçamentários e financeiros, e resultados relativos à sociedade estão relacionados, respectivamente, aos seguintes critérios de avaliação da gestão pública:

- (A) governança, motivação, econômicos-orçamentários e socioambientais.
- (B) liderança, pessoas, processos e resultados.
- (C) governança, socioambientais, finanças e orçamento, e responsabilidade social.
- (D) liderança, motivação, finanças e orçamento, e desenvolvimento social.
- (E) liderança, colaboradores, processos econômicos e socioambientais.

49. Ao tratar de divergências e convergências entre a administração pública e a administração privada, é correto afirmar:

- (A) Na administração pública, faz-se diferenciação entre pessoas, o que é regra na gestão privada, a exemplo da segmentação de públicos e mercados.
- (B) O conceito de partes interessadas é semelhante para ambos, visto que suas decisões, focam interesses de grupos mais diretamente afetados por uma questão.
- (C) A administração pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo o que não estiver proibido por lei.
- (D) A administração possui maior agilidade na área privada, dado que os servidores públicos possuem menor interesse na gestão e recursos menos competitivos.
- (E) A administração pública empenha o mínimo de recursos para o desenvolvimento sustentável, enquanto que na gestão privada, o investimento em sustentabilidade é diferencial competitivo.

### Noções de Orçamento Público

50. A Lei orçamentária anual, nos termos da Constituição Federal,

- (A) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (B) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (C) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para contratação de pessoal quando for em caráter de urgência.
- (D) estabelecerá, para um período de dois anos, a previsão das receitas e despesas correntes e de capital da administração pública federal, compreendendo as receitas e despesas das concessionárias de serviços públicos.
- (E) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas, o orçamento da seguridade social, abrangendo as receitas e despesas correntes das concessionárias de serviços públicos.

51. A determinação legal para que o governo, dentre outros, divulgue o orçamento público de forma ampla à sociedade, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, atende ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) clareza.
- (D) transparência.
- (E) universalidade.

52. Determinado Município brasileiro necessita contratar por emergência uma empresa para fazer a coleta de lixo para o período de julho a dezembro de 2012, no valor mensal de R\$ 5.000,00. Considerando que o saldo da dotação é insuficiente à realização da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, deve-se abrir crédito adicional

- (A) complementar.
- (B) suplementar.
- (C) especial.
- (D) extraordinário.
- (E) emergencial.

53. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, dentre outros, será acompanhado de

- (A) estimativa da arrecadação das receitas no exercício em que deva entrar em vigor o aumento da despesa e nos dois subsequentes.
- (B) declaração do ordenador da despesa de que o aumento será compensado mediante aumento das receitas nos exercícios subsequentes.
- (C) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (D) justificativas do ordenador da despesa da necessidade do aumento demonstrando a origem dos recursos para o seu custeio no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (E) comprovação de que a despesa criada ou aumentada, independentemente de aumento na arrecadação de receitas, não provocará déficit orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos demais subsequentes.



54. Os limites das despesas com pessoal, em cada período de apuração, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, não poderá exceder a determinados percentuais. No âmbito federal, no Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União, e no Judiciário não poderá exceder, respectivamente:

- (A) 0,6% e 2%
- (B) 6% e 2,5%
- (C) 3,5% e 8%
- (D) 2% e 0,6%
- (E) 2,5% e 6%

### Gestão de Pessoas

55. Sobre motivação, considere:

- I. Hierarquia de necessidades criadas por Maslow é uma das teorias de motivação de conteúdo.
- II. Motivados por realização, poder e afiliação, a teoria da expectativa foi criada por Vroom.
- III. Na teoria da necessidade adquirida, McClelland afirma que as pessoas são motivadas quando acreditam que podem realizar as tarefas e que as recompensas advindas valem o esforço em realizá-las.
- IV. Objetivos atingíveis, porém difíceis, motivam os funcionários, essa é uma afirmação possível, dentro do escopo da teoria motivacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

56. Perante resistências à mudança em um órgão público, naturais em grupos que passam pela reorganização da estrutura interna, cumpre inicialmente aos gestores utilizar-se de

- (A) meios de pressão, de forma a fazer valer o plano em detrimento de outras posições, combinado à intensa comunicação do produto do processo de mudança.
- (B) criação de atmosfera de confiança na mudança, a disponibilidade de apoio e a mostra de urgência para a mudança.
- (C) conciliações, de forma a trocar interesses, oferecendo abertura para negociações ou premiando mostras de alinhamento das pessoas em relação ao plano.
- (D) investimento em treinamento, capacitando o pessoal a agir dentro dos novos moldes, e premiação de melhores práticas.
- (E) capacidade política, de forma a articular apoios que gerem pressão para o convencimento de grupos e indiquem penalidades pela não adesão.

57. O Modelo de Mudança elaborado por Kurt Lewin tem as seguintes etapas sequenciais:

- (A) solidificação e aquecimento, liquefação e nova solidificação.
- (B) congelamento, aquecimento e recongelamento.
- (C) desconstrução, interferência e construção.
- (D) solidificação, descongelamento e mudança.
- (E) descongelamento, mudança e novo congelamento.

58. A gestão estratégica de pessoas surge como concepção empresarial a partir

- (A) dos anos 1990, com a releitura do papel de RH, tendo, entre seus conceitos, o de terceirização e o de superação de questões trabalhistas.
- (B) dos anos 1970, decorrente da crise do petróleo e de outros fenômenos, e tem entre seus conceitos o de capital intelectual.
- (C) deste século, motivada pela globalização e amparada pelo desenvolvimento de TI, e tem entre seus conceitos a centralização tática.
- (D) da década de 1980, decorrente de alterações nos cenários econômicos e sociais, e tem entre seus conceitos o de capital humano.
- (E) da década de 1970, motivada pela vontade de grupos de profissionais de RH em colocá-lo em nível estratégico, e tem, entre seus conceitos, o de liberalidade.

59. Em abordagens de avaliação de desempenho, tem-se 'vícios de julgamento' que dão origem a críticas que apontam para a subjetividade de sistemas de avaliação. Tais 'vícios' são classificados como conscientes ou inconscientes. Dois efeitos são tidos como conscientes e são vistos com maior frequência no mundo das organizações que se valem de avaliação de desempenho. São eles:

- (A) basear-se em acontecimentos recentes e supervalorizar as qualidades potenciais.
- (B) levar em conta características pessoais extracargo e julgar sob a impressão de uma qualidade.
- (C) basear-se em acontecimentos recentes e julgar sob a impressão de uma qualidade.
- (D) levar em conta características pessoais extracargo e basear-se em acontecimentos recentes.
- (E) efeito halo e efeito de tendência central.

60. Considere as seguintes assertivas referentes à cultura organizacional:

- I. Negociar e fixar junto aos grupos componentes da estrutura organizacional os valores e crenças compartilhados que deverão sustentar o programa de cultura da organização.
- II. Desenvolver as lideranças como referenciais de fixação dos elementos culturais e multiplicadores internos.
- III. Acompanhar e avaliar, quando possível, o processo através de instrumentos de pesquisa de clima e de cultura organizacional, recebendo o *feedback* e os subsídios necessários para a introdução de eventuais ajustes.
- IV. Identificar os elementos que compõem o conjunto cultural da organização, de forma a cruzar o real e o desejado.
- V. Analisar e diagnosticar o perfil cultural da empresa.

São elementos essenciais para a gestão de cultura em uma organização pública:

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: – Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.

*Para Irma Passolini, gerente executiva do Instituto de Tecnologia Social (ITS), “a participação das ONGs (Organizações não governamentais) no cenário político é uma questão de princípios. É preciso que tenhamos organizações intermediárias entre os três poderes constituídos: o poder da sociedade civil organizada.”*

(Adaptado de [www.fonte.org.br/reportagem-ong's-e-novos-governos-dialogo-possivel](http://www.fonte.org.br/reportagem-ong's-e-novos-governos-dialogo-possivel))

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**Os desafios da atuação das organizações não governamentais no cenário político atual**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	